

Paula Oliveira e Silva\*

*Nihil sub sole novum?*

**A crítica jesuíta às explicações tomistas acerca da doutrina da iluminação**

***Nihil sub sole novum?* The Jesuit Criticism of the Thomistic Views on the Doctrine of Illumination**

**Abstract**

Based on the explanation given by three sixteenth-century Portuguese Jesuits to the question on how the agent intellect illuminates the *phantasm* we analyze the criticism that the three make to a set of opinions presented by the *via Thomistica* to the problem at issue. In this study, the answer to the question about the production of the intelligible by the agent intellect is framed in the context of the controversy which took place at the end of the fifteenth century about the possibility of rationally demonstrating the immortality of the soul. The study shows that, in criticizing the position of the Thomists, the Jesuits aim to elaborate an answer that not only clearly shows the superiority, autonomy and immateriality of the agent intellect in the production of the intelligible but also serves as a solid foundation for demonstrating the immortality of the soul.

**Keywords:** Jesuit commentaries on Aristotle's *De anima* III, 5 (Coimbra, 16th century); agent intellect; illumination of *phantasm*; intelligible species; immortality of the soul.

**Medieval and Early Modern Age Authors Studied:** Thomas Aquinas, Durand of Saint-Pourçant; John Capreolus; Chrysostom Javelli; Francisco Sylvester of Ferrara; Thomas de Vio, Cajetan; Francisco de Toledo; Francisco Suárez; Marcos Jorge; Cristóvão Gil; Manuel de Góis.

**Resumo**

A partir da explicação dada por três jesuítas portuguesas do século XVI à questão sobre o modo com o intelecto agente ilumina o *phantasma*, analisa-se a crítica que os três fazem a um conjunto de

---

\* Professora Associada, Universidade do Porto e Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, Torre B, Gab. 119. 4150-564 Porto; pvsilva@letras.up.pt.

opiniões apresentadas pela *via thomistica* para o problema. Neste estudo, a resposta à questão sobre a origem do inteligível na mente humana é enquadrada no contexto da controvérsia, ocorrida no final do século XV, sobre a possibilidade de demonstrar racionalmente a imortalidade da alma. O estudo mostra que, ao criticar a posição dos tomistas, os jesuítas têm em vista elaborar uma resposta que não só mostre claramente a superioridade, autonomia e imaterialidade do intelecto agente na produção do inteligível, mas sirva de fundamento sólido para demonstrar a imortalidade da alma.

**Palavras chave:** Comentários jesuítas ao *De anima* III, 5 (Coimbra, séc. XVI); intelecto agente; iluminação dos *phantasmata*; espécies inteligíveis; imortalidade da alma.

**Autores medievais e do início da Idade Moderna estudados:** Tomás de Aquino, Durando de Saint-Pourçant; João Capréolo; Crisóstomo Javelli; Francisco Silvestre de Ferrara; Tomás de Vio, Caetano; Francisco de Toledo; Francisco Suárez; Marcos Jorge; Cristóvão Gil; Manuel de Góis.

## 1. Alguns elementos de contexto

Neste artigo analisa-se a explicação dada por três jesuítas portugueses - Marcos Jorge (1524?-71), Cristóvão Gil (1552-1608) e Manuel de Góis (1543-1597) – sobre a origem das espécies inteligíveis a partir das representações sensíveis. Os três jesuítas tratam esta questão nos comentários ao *De anima* de Aristóteles, Livro III, capítulo 5, que escreveram para o ensino da filosofia. Na tradição peripatética, a partir da qual elaboram as suas explicações, esta questão foi designada como ‘iluminação do *phantasma*’<sup>1</sup>.

Estes três jesuítas destacaram-se no seu tempo pela atividade relacionada com o ensino da filosofia e da teologia. No caso de Marcos Jorge, a sua atividade na Companhia de Jesus e o seu legado textual ficaram ligados sobretudo ao ensino da teologia moral<sup>2</sup>. Contudo, deste professor jesuíta preserva-se, manuscrito, um curso filosófico completo que, embora tenha sido mencionado nos principais catálogos, permaneceu ignorado pelos especialistas e encontra-se praticamente por estudar<sup>3</sup>. No caso do jesuíta Cristóvão Gil, a sua obra mais conhecida é um

<sup>1</sup> Para evitar a estranheza originada pela palavra portuguesa ‘fantasma’ para designar as representações sensíveis produzidas pela imaginação, neste artigo designamos estas representações mantendo a designação latina *phantasma*.

<sup>2</sup> Um resumo da vida e obra de Marcos Jorge pode ler-se em João Machado Vaz, «Jorge, Marcos», in Ch. O’Neill - J. María Domínguez (eds.), *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús: Biográfico-temático*, III, Institutum Historicum, Roma 2001, pp. 2153–2154. Esta nota biográfica não menciona a existência do curso filosófico de Marcos Jorge, associando este jesuíta apenas ao sucesso que obteve, em Évora e em Lisboa, no ensino da teologia moral e nas atividades pastorais.

<sup>3</sup> Ver F. Stegmüller, *Filosofia e teologia nas universidades portuguesas de Coimbra e Évora no*

curso de teologia de que existem quatro edições impressas<sup>4</sup>. Contudo, da sua autoria também subsistem alguns comentários manuscritos à obra de Aristóteles que resultaram do seu magistério de filosofia em Coimbra<sup>5</sup>. Se os dois jesuítas antes mencionados são relativamente pouco conhecidos, o mesmo não ocorre com Manuel de Góis, cujo nome é sobejamente conhecido na literatura por ter ficado associado à elaboração do famoso *Curso Jesuíta Conimbricense*<sup>6</sup>.

Os cursos filosóficos ensinados durante o século XVI através da rede de colégios que os jesuítas construíram por toda a Europa desde a fundação da Sociedade serviram de veículo de transmissão para a tradição filosófica antiga e medieval,

---

século XVI Universidade de Coimbra, Coimbra 1959, p. 165 e Ch. Lohr, «Renaissance Latin Aristotle Commentaries: Authors G-K», *Renaissance Quarterly* 30, 4 (1977) 697-698. O curso filosófico de Marcos Jorge é o mais antigo curso completo que se preserva do ensino jesuíta da filosofia em Coimbra, facto que lhe confere especial valor heurístico. A recente revalorização deste curso de filosofia e da pessoa e obra filosófica de Marcos Jorge deve-se aos resultados de investigação desenvolvido no Gabinete de Filosofia Medieval da Universidade do Porto, onde este curso é atualmente objeto de investigação sistemática. Informação mais detalhada sobre Marcos Jorge e sobre a importância heurística deste curso pode ler-se em P. Oliveira e Silva e J. Rebalde, «Doctrinal Divergences on the Nature of Human Composite in Two Commentaries on Aristotle's De anima (Anonymous, Cod. 2399 BGUC and Francisco Suárez): New Material on the Jesuit School of Coimbra and the Cursus Conimbricensis», in R. Maryks – J. António Senent (eds.), *Francisco Suárez (1548–1617). Jesuits and the Complexities of Modernity*, Brill, Leiden-Boston, 2019, 378-410.

- 4 A obra teológica de Cristóvão Gil intitulada *Commentationum Theologicarum de Sacra Doctrina et Essentia atque Unitate Dei* (Lyon, 1610; Colónia, 1610, 1619, 1641) fazia parte de um projeto mais amplo de edição dos seus comentários à *Suma de Teologia* de Tomás de Aquino, que foi interrompido pela morte de Gil em 1608.
- 5 Para uma breve biografia de Cristóvão Gil e a indicação do seu espólio manuscrito v. [https://ifilosofia.up.pt/proj/arm/cristovao\\_gil](https://ifilosofia.up.pt/proj/arm/cristovao_gil) (acedido em 10.07.2022). Para uma biografia mais alargada v. R. Cabral, «Gil, Cristóvão», in Ch. O'Neill – J. María Domínguez (eds.), *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús: Biográfico-temático*, II, Institutum Historicum, Roma 2001, 1727–1728.
- 6 [Manuel de Góis], *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesv, In Tres Libros De Anima Aristotelis Stagiritae* [=CCCSJ], Editio Prima Conimbricae 1598. Um resumo biográfico deste jesuíta, com particular referência ao papel que desempenhou na elaboração do *Curso Conimbricense* v. João Machado Vaz, «Góis, Manuel de», in Ch. O'Neill – J. María Domínguez (eds.), *Diccionario histórico de la Compañía de Jesús: Biográfico-temático*, II, Institutum Historicum, Roma 2001, 1768–1769. Sobre o projeto jesuíta de elaboração do *Curso Conimbricense*, o impacto desta obra na história da filosofia no século XVI e na disseminação do aristotelismo v. M. Santiago de Carvalho, *O Curso Aristotélico Jesuíta Conimbricense*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra 2018; Id., *Psicologia e ética no Curso Jesuíta Conimbricense*, Colibri, Lisboa 2010; C. Casalini, *Aristóteles em Coimbra: o Cursus Conimbricensis e a educação no Collegium Artium*, Imprensa da Universidade Coimbra, Coimbra 2015.

baseada no comentário à obra de Aristóteles. Tendo em conta o papel central que o ensino jesuíta desempenhou no processo de assimilação e transformação da filosofia aristotélica ao longo dos séculos XVI e XVII, o estudo dos materiais que resultaram deste ensino contribui para compreender como se processaram tais transformações e até que ponto elas influenciaram as posições que hoje se conhecem como específicas da época moderna. Para compreender o processo de transformação do aristotelismo no século XVI é também importante considerar o impacto que alguns acontecimentos da história intelectual e cultural da época tiveram na revisitação de um conjunto de doutrinas filosóficas. No caso concreto da questão aqui em análise parece relevante ter em consideração que, durante o século XV, algumas interpretações de Aristóteles relacionada com a natureza e funções dos intelectos, agente e passivo, foram objeto de renovada atenção. Este interesse foi impulsionado pela revivescência de interpretações averroístas de Aristóteles e pelas teses materialistas sobre a natureza do intelecto, estas últimas veiculadas pelas traduções renascentistas das obras de Alexandre de Afrodísia<sup>7</sup>. A ampla disseminação destas teorias nos meios universitários e intelectuais da época, por um lado, e o facto de elas contradizerem algumas crenças essenciais do cristianismo, por outro, deram origem a uma tomada de posição, por parte das autoridades eclesiásticas, sobre como deveria ser orientado o ensino da filosofia a respeito destas teorias. O texto oficial desta pronúncia é a bula *Apostolici Regiminis* exarada do V concílio lateranense, sessão VIII, cujas determinações exortavam a que, nos cursos de filosofia e a respeito da alma humana, fossem defendidas estas duas doutrinas: a natureza imortal e singular da alma humana, e a sua união ao corpo como forma substancial<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Existe hoje um conjunto significativo de estudos sobre a receção e interpretação de Aristóteles no Renascimento e no século XVI e sobre os diferentes aristotelismos vigentes neste período. Para a influência das traduções renascentistas das obras de Alexandre de Afrodísias sobre o intelecto e a alma, nas posições assumidas durante o século XV sobre a natureza dos intelectos, agente e passivo, e sobre a imortalidade da alma v. E. Kessler, «Alexander of Aphrodisias and his Doctrine of the Soul. 1400 Years of Lasting Significance», *Early Science and Medicine* 16 (2011) 1-93, spec. 18-25 e 49-58. Para a revivescência das teorias averroístas sobre a natureza da alma e dos intelectos, v. D. N. Hasse, «Arabic philosophy and Averroism», in J. Hankins (ed.), *The Cambridge Companion to Renaissance Philosophy*. Cambridge University Press, Cambridge 2009, 113-136, spec. 115-121. Para uma síntese sobre o averroísmo paduano v. K. Richardson, «Averroism», in H. Lagerlund – B. Hill (eds.), *Routledge Companion to Sixteenth-Century Philosophy*, Routledge, New York 2017, pp. 141-145.

<sup>8</sup> Bula *Apostolici Regiminis* [AR], ed. J. D. Mansi, *Sacrorum conciliorum nova et amplissima collectio*, vol. 32, Antonius Zatta, Veneza 1773, col. 842-843. A origem desta bula aparece as-

Os acontecimentos mencionados são externos às transformações que o ensino jesuíta da filosofia e da teologia operou, ao longo do século XVI, nas teorias acerca do conhecimento humano, que é o assunto que aqui nos ocupa. Todavia, a análise dos textos subsistentes deste ensino permite verificar que esses acontecimentos tiveram de facto impacto nas opções filosóficas feitas pelos professores jesuítas. A passagem dos três comentários ao *De anima* III, 5 que aqui analisamos contém as explicações acerca do problema da iluminação do *phantasma* pelo intelecto agente dadas pelos três jesuítas antes mencionados. Estes textos são aqui tomados como um estudo de caso para testar duas hipóteses que se esclarecem mutuamente. A primeira é a de que as opções filosóficas feitas pelos jesuítas no âmbito do ensino da filosofia originaram transformações efetivas na tradição escolástica de interpretação da obra de Aristóteles. No caso concreto aqui em análise, estas transformações verificam-se na explicação dada para o modo como se realiza o conhecimento humano do mundo material apoiado na designada teoria da iluminação. A segunda hipótese é a de que o debate verificado nestes textos e as opções feitas pelos três jesuítas estão de algum modo influenciados pelos debates teológicos da época.

---

sociada, na literatura, à controvérsia gerada em torno da afirmação de Pietro Pomponazzi sobre a impossibilidade de demonstrar racionalmente a imortalidade da alma. Sobre esta controvérsia e o seu impacto na época, v. E. Gilson, «L'affaire de l'immortalité de l'âme a Venice au debut du XVIe siècle», in Vittore Branca (ed.), *Umanesimo europeo e umanesimo veneziano*, Sansoni, Florença 1964, pp. 31–61; Leen Spruit, «The Pomponazzi Affair. The Controversy over the Immortality of the Soul», in H. Lagerlund – B. Hill (eds.), *Routledge Companion to Sixteenth-Century Philosophy*, Routledge, New York 2017, 225-246, spec. pp. 227-34, para os antecedentes doutrinários, o impacto do tratado de Pomponazzi e a reação do Concílio de Latrão. Sobre as teorias da alma e do intelecto defendidas por Pomponazzi, v. Lorenzo Casini, «The Renaissance debate on the Immortality of the Soul. Pietro Pomponazzi and the Plurality of Substantial Forms», in P. J. J.M. Bakker – J. M.M.H. Thijssen (eds.), *Mind, Cognition and Representation: The Tradition of Commentaries on Aristotle's De anima*. Routledge, New York 2016, pp. 127-150. Quanto ao conteúdo da bula *Apostolici Regiminis*, Ch. Martin, «On a Mistake Commonly Made in Accounts of Sixteenth-Century Discussions of the Immortality of the Soul», *American Catholic Philosophical Quarterly* 69-1 (1995) 29-38 considera errônea a interpretação que afirma que o papa determinava que, no ensino da filosofia, se forjassem argumentos para demonstrar a imortalidade da alma. Por sua vez, E. Constant, «A Reinterpretation of the Fifth Lateran Council Decree *Apostolici regiminis* (1513)», *The Sixteenth Century Journal* 33 (2002) 353–379, defende que a crítica que a bula dirige ao averroísmo não visa tanto a teoria do intelecto único, quanto a da dupla verdade. Nas pp. 377-78, Constant publica uma edição latina da bula, na qual compara a edição Mansi com a edição de N. P. Tanner (ed.), *Decrees of the Ecumenical Councils*, Georgetown University Press, Washington, D.C. 1990. Neste artigo citamos a bula *AR* pela edição de Constant.

## 2. Duas explicações a rejeitar - causalidade formal e iluminação objetiva

A questão essencial a que se dirige a pergunta sobre como se processa a operação do intelecto designada por ‘iluminação do *phantasma*’ é a questão visada em todas as teorias do conhecimento humano. Como refere Pasnau, estas teorias pretendem explicar dois problemas: de que modo o intelecto humano adquire informação sobre o mundo material e o que esperar dos resultados dessa operação, em termos da validade da informação<sup>9</sup>. A pergunta sobre o modo como o intelecto agente realiza a iluminação do *phantasma* incide diretamente sobre o primeiro destes problemas. Por sua vez, na tradição filosófica peripatética o problema do conhecimento do mundo material era enfrentado a partir de duas perspetivas fundamentais – a da similitude e a da causalidade. No primeiro caso, a questão incidia sobre a relação de semelhança entre as diversas entidades formais envolvidas no processo (a do objeto mesmo e a das representações dele, sensível e inteligível). No segundo caso, o problema procurava responder à pergunta sobre o tipo de relação causal existente entre as potências envolvidas no processo<sup>10</sup>.

A questão que aqui analisamos trata o problema precisamente a partir do ponto de vista do processo causal que lhe dá origem. Assim, a pergunta acerca do modo como se processa a iluminação do *phantasma* pode ser elaborada da seguinte forma: ‘de que modo o intelecto agente causa, a partir da representação gerada pela imaginação, uma representação inteligível?’ Ou ainda: ‘de que modo, a partir de uma espécie sensível, o intelecto gera uma espécie inteligível?’ Os filósofos que colocaram a pergunta desta maneira admitem, por conseguinte, que a inteção do mundo material exige a mediação de um tipo de entidades, designadas por espécies, no processo de conhecimento dos objetos materiais. Ou seja, defendem a posição que, na história da filosofia, ficou conhecida como ‘teoria das espécies’. Nas passagens do *De anima*, III, 5 de que aqui nos ocupamos<sup>11</sup>, e para

<sup>9</sup> Cf. R. Pasnau, *Theories of Cognition in the Later Middle Ages*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 4.

<sup>10</sup> Cf. *Ibid.*, pp. 12-17. Sobre este duplo modo de abordagem do problema v. também P. J. Hartmann, «Durand of St.-Pourçain and Thomas Aquinas on Representation», *History of Philosophy Quarterly* 30-1 (2013) 20.

<sup>11</sup> Os textos aqui analisados são os seguintes: Marcos Jorge, *In tertium libri De Anima annotationes* (=TLA), *cap. quintum: Quae et quot sint operationes intellectus agentis et quomodo fiant?* Madrid, Real Biblioteca do Escorial, J-III-4, ff. 246<sup>v</sup>-248<sup>r</sup>. Cristóvão Gil, *Commentary in Libros De Anima Aristotelis* (=CLAA) *Liber tertius, cap. 4 e 5, art. 2: De officiis intellectus agentis*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, BNP 2518, ff. 163<sup>v</sup>-165<sup>r</sup>. [Manuel de Góis], *Commentarii*

resolver a questão que acabamos de formular, os três jesuítas discutem diversas opiniões apresentadas por filósofos reconhecidos como grandes autoridades dentro da escola tomista. De entre estas, há duas opiniões que eles rejeitam liminarmente. A primeira afirma que o intelecto atua eficazmente sobre a espécie sensível imprimindo nela uma qualidade espiritual que a torna capaz de produzir a espécie inteligível no intelecto possível. A segunda opinião defende que o intelecto agente não age eficazmente sobre a espécie sensível, mas apenas a assiste com a sua luz, tornando-a deste modo apta para produzir uma espécie inteligível.

Segundo os defensores da primeira opinião, a iluminação do *phantasma* consiste na operação mediante a qual o intelecto agente imprime, na própria representação sensível, uma qualidade de natureza superior, tornando-a formalmente capaz de afetar o intelecto possível. Sem mencionar autoridades, Marcos Jorge refere-se a esta posição nestes termos:

Alguns dizem que se imprime uma certa virtude ou forma, no ser intencional, pela qual o próprio fantasma se torna formalmente capaz de produzir um espécie inteligível no intelecto possível<sup>12</sup>.

Cristóvão Gil e Manuel de Góis descrevem de modo semelhante esta posição. O primeiro menciona António de Montecatini<sup>13</sup> como defensor desta posição, enquanto que o segundo a atribui ao próprio Tomás de Aquino<sup>14</sup>.

---

*Collegii Conimbricensis Societatis Iesv, In Tres Libros De Anima Aristotelis Stagiritae* (=CC-CSJ), *Liber III, cap. 5, q. 2, art. 1, De illustratione phantasmatum* (Editio Prima Conimbricae 1598). Edição online de M. Santiago de Carvalho, Universidade de Coimbra, Coimbra 2002, pp. 276-278 ([https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_publicacoes/de\\_anima](https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_publicacoes/de_anima): acedido 18.07.2022). As transcrições dos dois manuscritos mencionados, bem como as traduções do Latim são da minha autoria, com a revisão de André Antunes, Ph.D., a quem devo um especial agradecimento quer pela disponibilidade, quer pelo apoio no esclarecimento de tantas passagens obscuras.

- <sup>12</sup> Marcos Jorge, *TLA*, f. 247<sup>r</sup>: «Quidem dicunt imprimi quandam virtutem seu formam in esse intentionali per quam phantasma ipsum formaliter redditur habile ad producendum speciem intelligibilem in intellectu possibili».
- <sup>13</sup> Cristóvão Gil, *CLAA*, f. 163<sup>v</sup>: «Antonius Montecatini 3. De anima, c. 5 ea dicit intellectum agentem imprimere quandam virtutem in ipsis phantasmatis per quam reduntur apta ad producendum sunt cum ipso intellectu agente species intelligibiles».
- <sup>14</sup> Manuel de Góis, *CCCSJ*, p. 277: «Sunt qui illam putent consistere in productione certae qualitatis; cuius merito, ac ui phantasma ab intellectu agente excitetur ad gignendam formam spiritalem, hoc est, speciem intelligibilem. Ac sane quod intellectus agens aliquid agat, imprimatur in phantasma non obscure indicat D. Thomas lib. 2. *Contra Gentes* cap. 77. ubi ita scripsit. Est igitur in anima intellectiva uirtus actiua in phantasmata, faciens ea intelligibilia actu. Verum haec sententia non placet».

Uma das dificuldades principais encontradas pelos jesuítas nesta opinião é o facto de ela colidir com um princípio básico da filosofia aristotélica, segundo o qual ‘tudo o que é recebido, é recebido ao modo do recipiente’. À luz deste princípio, a ação de uma causa eficiente superior sobre uma potência inferior não pode fazer que esta última ultrapasse o seu género, transformando a sua natureza numa outra de ordem mais elevada. Aplicando este princípio ao modo como as explicações precedentes justificam a ação do intelecto agente sobre o *phantasma*, e tendo em conta a natureza material deste, torna-se evidente que o intelecto não o pode tornar imaterial e inteligível<sup>15</sup>. Perante a opinião segundo a qual o *phantasma* é a causa formal da espécie inteligível caberiam, portanto, duas posições: ou abdicar deste princípio aristotélico ou, como fazem os três jesuítas, considerar que a explicação é falsa.

A outra opinião, também recusada pelos três jesuítas, afirma igualmente que a geração das espécies inteligíveis é efeito da ação do intelecto agente sobre o *phantasma*, mas rejeita que o intelecto imprima algo na representação sensível, admitindo apenas que o intelecto assiste o *phantasma* com a sua presença. Esta opinião distingue-se da anterior na medida em que não explica o ato de iluminação através da intervenção efetiva do intelecto agente sobre a representação sensível, contornando assim a dificuldade encontrada na posição anterior. Segundo Marcos Jorge esta opinião é mais adequada do que a anterior e entre os que a defendem estão Javelli e Caetano,

que consideram, mais corretamente, que esta iluminação não ocorre para que, por ela, o intelecto agente imprima algo no fantasma, mas somente para que o intelecto agente se torne presente e assistente ao fantasma [...]. Caetano designa esta assistência ou presença como iluminação objetiva, mas não [como] formal<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Esta crítica pode ser dirigida à teoria da iluminação em geral e à teoria das espécies a ela associada e é uma das críticas que Durando já tinha dirigido à teoria. Segundo Durando, esta e outras contradições levariam a considerar inútil quer a mediação das espécies, quer a existência de um intelecto agente, a qual, na opinião de Durando, apenas se requer uma vez aceite a teoria das espécies. Nos comentários ao *De anima*, III, 5 destes três jesuítas, a questão que imediatamente antecede a que estamos a analisar é precisamente esta: *Vtrum detur intellectus agens*. Ao explicar esta questão, os três jesuítas têm como objetivo principal criticar os argumentos de Durando contra a existência do intelecto agente e contra a teoria das espécies.

<sup>16</sup> Marcos Jorge, *TLA*, 247r: «alii in quibus est Caietanus 1<sup>a</sup> p. q. 85 art. 1 et Javeli loco citato [*In De anima III, 5: De intellectu agente*] rectius existimant hanc illuminationem non fieri ita ut per eam intellectus agens aliquid imprimat in phantasmate, sed solum ita ut intellectus agens fiat praesens et assistens phantasmati (...). Quam assistentiam seu presentiam Caietanus appellat illuminationem objectivam non vero formalem».



Manuel de Góis, que menciona a mesma passagem que Jorge do comentário de Caetano à *Suma de Teologia* (Parte I, q. 85, art.1), interpreta da mesma maneira a posição do dominicano, segundo a qual

o fantasma é ilustrado pelo intelecto agente não formal, mas objetivamente, isto é, que nenhuma qualidade é impressa por ele sobre o fantasma, mas que o intelecto agente se comporta para com o fantasma da mesma forma que a luz do Sol com as cores. Caetano pensa que, embora o fantasma tenha uma natureza espessa e obscura, pela proximidade e irradiação do intelecto agente ele alcança a capacidade de, em conjunto com o próprio [intelecto agente], concorrer para a produção da espécie inteligível<sup>17</sup>.

Por sua vez, Cristóvão Gil menciona uma passagem do Comentário de Caetano à *Suma de Teologia* diferente da referida pelos seus dois confrades. Na sua interpretação da posição de Caetano atribui, ao dominicano uma forma dupla de explicação do ato iluminativo que combinaria os dois tipos de iluminação, objetiva e formal. Segundo Gil, no comentário à *Suma*, parte I, q. 79, art.3,

Caetano (...) estabelece um duplo género de iluminação - um formal, visto que a luz é intrínseca ao que é iluminado, como quando se diz que o ar é iluminado; e outro objetivo, visto que neste caso a luz não é intrínseca ao que é iluminado mas, estando ali, faz que se torne imediatamente evidente<sup>18</sup>.

Seja como for, segundo os três jesuítas a opinião de Caetano não é satisfatória, pois não explica a dificuldade central inerente à questão do conhecimento, a saber, de que modo a simples presença do intelecto junto do *phantasma* é suficiente para transformar a natureza corpórea deste numa natureza inteligível. Como indica claramente Marcos Jorge, a proposta de uma presença do intelecto junto do *phantasma* como *conditio sine qua non* da geração da espécie inteligível é «evidentemente falsa, pois o *phantasma* sozinho, mesmo com o intelecto agente a

<sup>17</sup> Manuel de Góis, *CCCSJ*, p. 277: «Caietanus 1. part. quaest. 85. art. 1. opinatur phantasma illustrari ab intellectu agente non formaliter, sed obiectiue, id est, nullam ab eo qualitatem in phantasma imprimi, sed habere se intellectum agentem ad phantasma [eo modo quo lumen Solis ad colores] igitur putat Caietanus phantasma, etsi crassae, obscuraeque naturae sit, tamen ex intellectus agentis uicinitate, et irradiatione assequi, ut possit una cum ipso ad producendam speciem intelligibilem concurrere».

<sup>18</sup> Cristóvão Gil, *CLAA*, 163v-164r: «Secundus modus explicandi est Caietani 1 pars, q. 79 a.3 et hoc libro ubi duplex genus illuminationi ponit aliud formaliter, quoniam lumen est intrinsecum illuminato quomodo dicitur illuminari aer: aliud objective quoniam sic lumen non est intrinsecum illuminato, sed illi immediatum facit quod illud apparere».

assisti-lo, não transita para um género melhor, uma vez que [inere] subjetivamente [entenda-se: quanto ao seu *suppositum*] numa potência corpórea»<sup>19</sup>.

Manuel de Góis corrobora esta crítica e contrapõe a Caetano as palavras de Francisco de Ferrara, evidenciando assim que a posição do primeiro não é consensual nem mesmo entre os dominicanos:

O Ferrariense opõe-se com razão no Livro 2 *Contra Gentes* cap. 77, pois por muito que o fantasma seja iluminado objetivamente, ele não deixa de permanecer num órgão corpóreo e de ser extenso, e não pode manifestar a natureza sem as condições da matéria, como imagina Caetano<sup>20</sup>.

### 3. Posições plausíveis e a opção pelos *recentiores*

Depois de rejeitarem as duas posições anteriores como inadequadas para responder ao problema da origem das espécies inteligíveis, os três jesuítas referem-se a posições que consideram plausíveis dentro da *via thomistica*. Jorge e Gil mencionam a explicação segundo a qual o processo de iluminação ocorre de acordo com o modelo da causalidade instrumental, enquanto Manuel de Góis menciona uma opinião que designa como ‘iluminação radical’. Como veremos, a posição que os jesuítas assumem nesta disputa é a de que a ‘iluminação do *phantasma*’ é realizada pelo intelecto agente como uma causa eficiente única. Na sua explicação, Marcos Jorge faz um ponto de situação sobre o problema exato a que esta discussão imbricada procura responder:

A dúvida é sobre de onde ocorre esta produção de forma efetiva – se só a partir do *phantasma* ou se a partir deste juntamente com o intelecto; pois todos admitem que não pode produzir-se apenas a partir do intelecto agente<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> Marcos Jorge, *TLA*, 248r: «quidam igitur dicunt produci speciem a solo phantasmate assistente, tamen sibi esse praesente intellectu agente quasi conditione sine qua non [:] verum hoc patet esse falsum quoniam phantasma solum est assistente sibi intellectu agente non egreditur genus melius, cum subiective sit in potentia corporea».

<sup>20</sup> Manuel de Góis, *CCCSJ*, p. 277: «recte obiicit Ferrariensis 2 *Contra Gentes* cap. 77. cum phantasma quantumvis obiective irradietur, nihilominus in organo corporeo maneat, extensumque sit, non potest naturam sine materiae conditionibus ostendere, ut fingit Caietanus».

<sup>21</sup> Marcos Jorge, *TLA*, 248v: «a quo autem fiat ista productio effective, an a solo phantasmate an ab ipso pariter cum intellectu agente dubium est, nam quod non possit produci a solo intellectu agente omnes concedunt».

O cerne do problema é precisamente o de saber, numa operação que se assume que não depende apenas do intelecto, e que, consequentemente, tem de resultar da interação de dois princípios de natureza diferente, material e intelectual, qual destes princípios atua como causa eficiente. Jorge dá a seguinte resposta a este problema:

deve dizer-se, portanto, que ambos simultaneamente, isto é, o intelecto agente e o *phantasma*, produzem a espécie inteligível, de tal modo que o próprio intelecto é mais importante, enquanto que o *phantasma* concorre como que instrumentalmente<sup>22</sup>.

Marcos Jorge identifica os dominicanos Capréolo e Javelli como os principais defensores desta posição, e parece aceitá-la acriticamente. No entanto, na imediata continuação do seu texto, Jorge acrescenta o seguinte comentário: «ainda que [se possa dizer] preferentemente [:] de tal modo que a partir de ambos se forme um agente único total, que produz por si a espécie inteligível»<sup>23</sup>. Ao interpretar deste modo a causalidade instrumental defendida pela escola tomista, Jorge valida a primeira parte da afirmação, onde se diz que o intelecto agente e o fantasma produzem simultaneamente a espécie inteligível. Mas abandona a ideia de uma dupla causalidade, subordinada e principal, subsumindo ambos os princípios numa única causa total. Assim, se perguntássemos a Jorge qual a causa eficiente *a quo* das espécies inteligíveis, a resposta seria esta: uma causa única e total, que resulta da união entre a representação sensível e intelecto agente<sup>24</sup>.

<sup>22</sup> Ibid., 248r: «est ergo dicendum utrumque simul intellectum scilicet agentem et phantasma producere speciem intelligibilem, ita ut intellectus ipse principalis [*sic no manuscrito*], phantasma vero quasi instrumentaliter concurrat (...)».

<sup>23</sup> Ibid., 248r: «(...) licet potius ita ut ex utroque unum totale agens efficiatur quod per se speciem intelligibilem producat».

<sup>24</sup> É interessante notar que a conclusão apresentada aqui por Jorge sobre o princípio *a quo* do inteligível se aproxima da explicação dada por Francisco Suárez, *Commentaria una cum quaestionibus in libros Aristotelis De anima*. Disp. IX, q. 2. Salvatore Castellote (ed.), Sociedad de Estudios y Publicaciones, Madrid 1978, p. 366-368: «Potentia cognoscitiva specie informata est unum integrum instrumentum per quod anima operatur; species autem non est instrumentum potentiae, ita ut ipsa potentia utatur specie, et sola ipsa species attingat immediate productionem actus cognoscendi. (...) Sed ex potentia cognitiva et specie resultat unum integrum instrumentum quod immediate attingit productionem actus». O comentário de Jorge antecede em mais de uma década o comentário de Suárez, mas é improvável que o do Exímio dependa do jesuíta português. A proximidade das explicações justifica-se certamente pelo facto de esta interpretação circular nas escolas jesuítas como doutrina comum.

Se agora atendermos à explicação dada por Cristóvão Gil verificamos que a sua argumentação é semelhante à de Marcos Jorge. Gil também considera plausível a explicação da iluminação com base no modelo da causalidade instrumental. Para explicar este tipo de causalidade invoca a metáfora do artesão: o intelecto agente faz uso do *phantasma* tal como o artesão usa o instrumento para produzir a sua obra<sup>25</sup>. Ao apresentar esta solução como a mais provável, Gil baseia-se na autoridade de Francisco de Toledo, cuja explicação segue de perto, para afirmar que, no processo de iluminação, «o intelecto agente é a causa principal da produção das espécies, enquanto os *phantasmata* são menos principais e como instrumentais»<sup>26</sup>. Segundo Gil, esta relação de mútua implicação das causas, superior e inferior, pode aceitar-se porque «não é absurdo [pensar] que algo corpóreo, como causa parcial e menos principal, concorra para produzir algo espiritual»<sup>27</sup>. Porém, ao explicar de que modo interagem estas duas causas, reconduz esta atividade à ação de uma única potência espiritual, aproximando-se assim da interpretação dada por Jorge<sup>28</sup>.

O mesmo modelo de causalidade para a produção das espécies inteligíveis pelo intelecto agente será finalmente proposto por Manuel de Góis sem hesitação. Na sua explicação, este jesuíta também identifica entre os tomistas uma opinião que considera plausível, mas desta vez não se trata da causalidade instrumental. Segundo este jesuíta, João Capréolo e o Ferrariense consideram que, por analogia com o poder acrescido que o sentido interno da cogitativa tem no homem quando comparado com os irracionais – o que ocorre pelo facto de, no homem, este sentido estar unido ao intelecto - também «a imaginação é capaz de fazer aparecer

<sup>25</sup> Cf. Cristóvão Gil, *CLAA*, 163<sup>v</sup> apoia esta interpretação em Francisco de Toledo, *Commentaria una cum quaestionibus in tres libros Aristotelis De anima*, III, cap. V, q. 13, Juntas, Veneza, 1575, pp. 145-147.

<sup>26</sup> Ibid. 163<sup>v</sup>: «[varii philosophi admittunt] intellectum agentem esse causam principalem productionis specierum, phantasmata vero minus principalia, et velut instrumentalia». Trata-se da 4ª opinião elencada por Toledo, *Commentaria...*, p. 145, dos que dizem que «(...) intellectum agentem tanquam causam principalem, et remotam una cum phantasmate producere speciem in intellectu, ita ut phantasma sit actuum principium proximum, instrumentalem tamen: at agens intellectus sit ut causa principalis, sicut qui calamo scribit».

<sup>27</sup> Cristóvão Gil, *CLAA*, 164<sup>v</sup>: «(...) neque vero absurdum est aliquid corporale, ut causam partialem et minus principalem, concurrere ad aliquid spirituale producendum». Toledo, *Commentaria...* p. 146 [nota]: «imo vero neque repugnat spirituale et immateriale in subjecto corporali et material collocari, ut anima rationalis in corpore».

<sup>28</sup> Ibid., 164<sup>v</sup>: «ita quod sit alia virtus spiritualis actu operans quomodo se habet intellectus agens, sit cum phantasma, se concursens».

fantasmas mais claros e eficazes que, em união com o intelecto agente, podem produzir espécies inteligíveis»<sup>29</sup>.

Segundo De Góis apesar de ser provável, esta opinião não satisfaz inteiramente<sup>30</sup>. E o principal motivo é o facto de a ação iluminativa do intelecto agente não designar senão uma propriedade que decorre da natureza do homem na medida em que está dotado de uma alma racional unida ao corpo. Portanto, o ato de «iluminação» indica apenas, muito remota e impropriamente, a transmissão de uma nobre natureza e não uma operação efetiva, a realizar pelo intelecto agente.

A palavra ‘iluminação’, que indica uma ação, soa de forma demasiado imprópria, sendo usurpada para designar ‘a comunicação de uma nobreza ingénita’ que existe anteriormente a todo o ato do intelecto agente, e consiste na própria síntese primitiva e natural, da imaginação e do intelecto, como que na mesma raiz. A partir desta síntese, e como que pela sua nobre estirpe e pelo esplendor da sua raça, os *phantasmata* deveriam chamar-se mais corretamente ‘ilustres’ do que ‘iluminados’<sup>31</sup>.

Qual é, então, a posição que Manuel de Góis considera que se deve aceitar sobre um assunto tão relevante? A posição que ficaria registada no *Curso Conimbricense* e que, por esse facto, seria transmitida durante séculos praticamente por todo o orbe para ser ensinada nas aulas de filosofia a este respeito, é a seguinte:

agrada-nos a opinião celebrada pelos filósofos mais recentes, que afirmam que a iluminação dos fantasmas não é objetiva, como diz Caetano, nem meramente radical, como [dizem] João Capréolo e o Ferrariense, mas efetiva<sup>32</sup>.

Embora De Góis não mencione os nomes dos filósofos *recentiores*, uma vez

---

<sup>29</sup> Manuel de Góis, *CCCSJ*, p. 277-278: «(...) quemadmodum cogitatrix hominis facultas propter coniunctionem cum intellectu [278] uendicat peculiarem praerogatiuam, quae belluarum cogitatrici non conuenit, ut nimirum diuidat, componat et discurrat circa singularia; ita phantasiam ex eadem coniunctione obtinere, ut ab se promat illustriora, et efficaciora phantasmata, quaeque una cum intellectu agente possint intelligibiles species producere».

<sup>30</sup> Ibid.: «Haec explicatio, quanquam habet probabilitatem, non omnino satisfacit».

<sup>31</sup> Ibid.: «Videtur enim illustrationis nomen, quod actionem sonat, nimis improprie, et remote usurpare pro insitae nobilitatis communicatione, quae est ante omnem actum intellectus agentis, et in ipsa primaeua, ac naturali phantasiae, et intellectus, in eadem quasi radice, copulatione consistit. A qua certe phantasmata quasi ob stirpis nobilitatem, et splendorem, rectius illustria, quam illustrata dici debent».

<sup>32</sup> Ibid.: «Placet igitur nobis ea sententia, quae a recentioribus philosophis celebratur, aientibus illuminationem phantasmatum non esse obiectiuam ut Caietanus ait, nec radicalem tantum, ut Capreolus, et Ferrariensis arbitrantur, sed effectiuam».

que o problema foi debatido com os tomistas, e que estes são, naturalmente mais antigos, podemos admitir com alguma certeza que os *mais recentes* são os próprios jesuítas. Uma particularidade da opinião, contudo, é a sua vagueza, pois nada é dito acerca deste modelo de causalidade. Apesar de tudo, e recorrendo à metáfora da luz, De Góis ensaia uma descrição - que não ocorre nas explicações de Jorge e Gil – sobre o modo como se processa esta iluminação efetiva:

[esta iluminação ocorre] não como se o intelecto agente imprimisse alguma luz nos *phantasmata* mas porque, *tal como a luz externa é a união dos seus raios*, [o intelecto] eleva ativamente os *phantasmata* a produzir a espécie inteligível, na qual a natureza comum despojada das diferenças individuais, é representada, e e permanece perceptível apenas ao intelecto<sup>33</sup>.

Não obstante o esforço de Manuel de Góis de descrever o processo iluminativo com base no modelo da causalidade eficiente operada pelo intelecto agente, a descrição gera em quem a lê a sensação decepcionante de ter percorrido em vão um longo e árduo caminho e de se encontrar agora tal como no princípio. A explicação dos jesuítas terá tentado, uma vez mais, explicar o inexplicável e, para lançar luz sobre a iluminação, chega a uma descrição deveras obscura. O resultado deste estudo parece confirmar a validade do mote inicial – *nihil sub sole novum*: as questões que aqui foram tratadas permanecem, afinal, sem resposta e no final deste estudo em nada parece ter avançado o nosso conhecimento sobre o assunto. Contudo, como veremos de seguida, talvez nem tudo de deva deitar a perder

#### 4. Notas conclusivas

Neste estudo analisámos a explicação dada por três jesuítas portugueses sobre o processo de iluminação dos *phantasmata* e pudemos verificar alguns aspetos da complexidade que atingiu, no século XVI, esta discussão. Nestas notas conclusivas evidenciamos dois aspetos, de natureza diversa, que resultaram deste trabalho. Um primeiro relaciona-se com a eficácia heurística do estudo de fontes manuscritas da época. Um segundo relaciona-se com o impacto que a posição

<sup>33</sup> Ibid.: «non quasi intellectus agens aliquid luminis phantasmatis imprimat; sed quia tanquam externa lux radii sui consortio [,] actiue eleuat phantasmata ad producendam speciem intelligibilem, in qua communis natura repraesentatur exuta differentiis individualibus, manetque a solo intellectu perceptibilis».

defendida pelos três jesuítas acerca da causa eficiente das espécies inteligíveis poderá ter numa explicação filosófica acerca da natureza da alma humana compatível com a crença religiosa na imortalidade da alma.

Quanto ao primeiro aspeto, este estudo mostrou que a análise de fontes menos conhecidas - como é o caso dos comentários manuscritos ao Livro III, 5 do *De anima* de Aristóteles, de Jorge e Gil - contribui para elucidar os debates filosóficos ocorridos neste período. Neste estudo, que esteve focado das teorias explicadas a propósito da questão ‘de que modo o intelecto agente ilumina o *phantasma*’, identificámos alguns momentos do progresso da posição que os jesuítas vieram a assumir como uma boa explicação sobre o modo como o intelecto agente produz o inteligível. De facto, no *Cursus Conimbricensis*, que foi pensado para servir de texto básico para o ensino da filosofia nos colégios jesuítas fundados por todo o mundo, Manuel de Góis consagra o modelo da causalidade eficiente como a melhor explicação para o processo designado por ‘iluminação do *phantasma*’. Segundo De Góis, esta opinião é a dos filósofos *recentiores*, entre os quais não parece inadequado contar os jesuítas Jorge e Gil. Tendo em conta que o comentário de Jorge foi escrito entre o final de 1559 e o início de 1560, pode afirmar-se que esta posição vinha sendo forjada entre os jesuítas pelo menos desde essa data, como posição alternativa à opinião dos tomistas.

No seu estudo sobre o desenvolvimento da teoria das espécies na história da filosofia, ao explicar a posição defendida por Manuel de Góis no *Cursus Conimbricensis*, Leen Spruit verificou este mesmo facto. Contra a opinião de João Capréolo e do Ferrariense, De Góis afirma que a iluminação ocorre mediante uma operação causal efetiva do intelecto agente sobre o *phantasmata*<sup>34</sup>. Contudo, Spruit afirma que não encontrou esta posição entre os contemporâneos de De Góis e por isso sugere que o comparativo *recentiores* usado por este jesuíta se refere a Suárez<sup>35</sup>. Porém, Manuel de Góis usa o termo no plural e, como procurámos mostrar neste estudo, há pelo menos dois jesuítas contemporâneos que ensinaram esta posição em Coimbra: Marcos Jorge e Cristóvão Gil. Ora, o comentário de Jorge ao *De anima* antecede em mais de uma década o de Suárez. E, sobre este mesmo assunto, verificou-se haver também alguma proximidade entre a explica-

<sup>34</sup> L. Spruit, *Species intelligibilis. From Perception to Knowledge*. II. Brill, Leiden-New York-Köln, 1995, p. 290: «Goes presented a recent position which he also endorsed for himself: the illumination is neither ‘objective’ nor ‘radical’, but ‘effective’».

<sup>35</sup> Ibid.: «most probably, this recent philosopher was Suarez, since this view is not found in other contemporary authors».

ção dada por Jorge e a apresentada por Suárez<sup>36</sup>. De facto, o estudo de materiais menos conhecidos que contêm os debates filosóficos sobre doutrinas que, à época, mereceram particular atenção (como é o caso das teorias sobre a natureza da alma humana e sobre o conhecimento), parece contribuir para esclarecer aspetos do processo de transmissão e transformação do aristotelismo ocorrido nas escolas jesuítas durante o século XVI. Um contributo importante, a nosso ver, é a possibilidade de identificar doutrinas que, embora nos tenham chegado através de autores de renome, terão progredido paulatinamente no âmbito do ensino praticado pela Companhia de Jesus, tendo sido transmitidas nos colégios jesuítas mesmo antes de terem sido fixadas em edições impressas, da autoria de filósofos e teólogos renomados.

Quanto ao segundo aspeto, relativo à crítica dos jesuítas às posições dos tomistas e as explicações dadas por uns e outros sobre o processo de produção do inteligível, se for avaliada a eficácia de umas e outras opiniões para fortalecer a crença religiosa na imortalidade da alma, algumas conclusões podem também ser evidenciadas. As opiniões dos filósofos tomistas criticadas pelos jesuítas explicam a origem da espécie inteligível através de modelos de causalidade que combinam sempre, embora diversamente, a intervenção de dois princípios: um agente inferior e um agente superior, uma causa de natureza sensível, ou *phantasma*, e uma causa de natureza inteligível ou intelecto agente. Nas duas opiniões consideradas insustentáveis pelos três jesuítas, a primeira – que defende que o *phantasma* transformado pelo intelecto é causa formal da intelecção – acaba por atribuir ao *phantasma* uma espécie de superpoder, embora considerando que tal poder lhe é atribuído pelo intelecto agente. Na segunda – a iluminação objetiva – o intelecto agente é considerado causa *sine qua non* da origem dos inteligíveis, mas de facto é de novo o *phantasma* que, sob a assistência do intelecto, produz o inteligível. Quanto à interpretação que Jorge e Gil fazem do modelo da causalidade instrumental, o problema parece estar de novo na dificuldade em explicar de que modo duas causas de natureza diversa podem concorrer para um fim cuja natureza é exclusivamente imaterial. Como mostrámos, ao apresentarem o modelo da causalidade instrumental como explicação plausível para a origem do inteligível, os dois jesuítas interpretam esta causalidade como resultado da operação de uma única potência espiritual.

É interessante notar que, ao analisar o mesmo problema, Manuel de Góis já

---

<sup>36</sup> Ver supra, nota 24.



não menciona a teoria da causalidade instrumental. Inversamente, ele invoca a posição de Capréolo e do Ferrariense, para os quais a inteção tem de facto uma causa radical, que é a alma racional, na qual o intelecto e imaginação estão ligados numa síntese primitiva e originária. De Góis admite esta posição como plausível. No seu comentário, ele de facto não a rejeita, mas apenas afirma que não satisfaz inteiramente. Satisfará, então, parcialmente? Cremos que sim. De facto, a concepção de que existe uma unidade original ou raiz comum da imaginação e do intelecto – defendida pelos dois dominicanos citados por De Góis - combinada com a explicação da origem das espécies inteligíveis numa causa única de natureza espiritual, que De Góis apresenta como a explicação satisfatória para a origem do inteligível, parece resolver coerentemente o problema em questão. Assumindo como base metafísica do processo de inteção a opinião de Capréolo e do Ferrariense, pode sustentar-se facilmente que o intelecto é causa eficiente do inteligível, sem prescindir da operação da imaginação. Esta, por sua vez, é subsumida pelo intelecto, estando ambas as potências radicadas na alma racional, forma do corpo. Contudo, na crítica que dirige a esta opinião, De Góis mostrou que os dois tomistas a usavam não para evidenciar a síntese de ambas as potências, mas, de novo, para conferir à imaginação a eficácia de uma causa *per se*<sup>37</sup>. Ou seja, em virtude daquela síntese radical, não seria o intelecto a subsumir a imaginação na sua própria potência, mas esta tornar-se-ia capaz de produzir *phantasmata* ilustres, isto é, representações sensíveis de ‘melhor qualidade’, mais claras e eficazes para viabilizar a operação do intelecto.

Desde a perspectiva dos três jesuítas, a posição dos dominicanos olha para o intelecto como uma potência necessitada da faculdade inferior para realizar o seu próprio ato. Podemos assim concluir que a crítica fundamental dos jesuítas à posição dos tomistas é o facto de estes defenderem posições que não esclarecem de modo inequívoco nem a imaterialidade do intelecto agente, nem a independência e plenipotência desta potência no exercício da sua atividade específica – produzir o inteligível. Nas versões dos dominicanos, o intelecto agente aparece sempre demasiado dependente da espécie sensível para produzir a sua operação própria. Em última instância, tal dependência poderia constituir um obstáculo à afirmação da imaterialidade da alma humana, ao não evidenciar a superioridade e independência do intelecto agente face à potência sensitiva. Além disso, a explicação da origem do inteligível a partir da ação de duas potências, uma material e outra

---

<sup>37</sup> Ver supra, nota 33.

imaterial, evidencia a dependência da operação do intelecto com relação a uma causa de natureza corpórea. Deste modo, sai fortalecida a crença numa certa incapacidade de as potências racionais atingirem, por si mesmas e com independência do corpo, os seus próprios fins. Por sua vez, estes pressupostos metafísicos sobre a natureza da potência intelectual humana e da sua relação com o mundo dos corpos, têm consequências no plano teológico. No caso da posição dos dominicanos, tais pressupostos parecem estar em sintonia com a posição que defenderam no âmbito da controvérsia *De Auxiliis*: a forte dependência da alma espiritual do mundo corpóreo, a tal ponto que a natureza humana, no estado pós lapsário, seria incapaz, sem o auxílio da graça divina, de realizar de modo adequado mesmo as operações das suas potências naturais. As opções dos jesuítas quer ao rejeitar as teses dos dominicanos para a natureza da inteligência humana, quer ao construir a sua própria, insistem na superioridade do intelecto humano face às potências corpóreas. Embora a questão sobre o modo como o intelecto agente se relaciona com as representações sensíveis se circunscreva claramente ao domínio da filosofia, a resposta a esta questão tem implicações relevantes no domínio da teologia, pelo menos em dois domínios. Por um lado, nos argumentos teológicos a favor da imortalidade da alma, para os quais a bula *Apostolici Regiminis* indicava que os professores de filosofia construíssem vias de fundamentação. Por outro, nos argumentos a favor do domínio das potências intelectuais com relação à ação das potências inferiores da alma. As opções feitas pelos três jesuítas ao explicarem, nos seus cursos de filosofia, a questão da origem das espécies inteligíveis parecem, portanto, enquadrar-se num horizonte mais amplo, alcançando os debates teológicos da época.